



PESQUISAS DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA E A TEMÁTICA DO ABORTO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Jadi Araújo de Souza¹, Juliana Aline Andrade Vila Pacheco²

1. Estudante de Psicologia; e-mail: jadi.araujo3008@gmail.com;
2. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: julianapacheco@umc.br.

Área de conhecimento: Histórias, Teorias e Sistemas em Psicologia.

Palavras-chave: Aborto; Psicanálise; Psicologia.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, em São Mateus, no Espírito Santo, uma criança seguiu sendo estuprada pelo tio desde os 6 até os 10 anos de idade; neste momento, estava grávida (OLIVEIRA, 2020). A vítima em questão se encaixava em duas das exigências solicitadas em lei para a realização do aborto. Ainda assim, um amontoado razoável de indivíduos, na semana do acontecido, se manifestou nas redes sociais a fim de validar as próprias crenças pessoais contrárias ao aborto em questão. Através deste relato, se faz claro que a questão moral e religiosa acerca do aborto é abertamente presente na sociedade brasileira, bem como na Psicologia.

Aborto e estudos de orientação psicanalítica

Em busca pelo termo “aborto” nas obras completas de Freud encontra-se apenas duas menções ao fenômeno. Nas *Obras completas*, volume 14, e no livro *Arte, Literatura e os Artistas*, no texto “*Uma lembrança de infância em poesia e verdade*”, o psicanalista usou o termo para se referir a uma mãe que havia sofrido aborto espontâneo, fato ocorrente em um caso que citou brevemente ao tratar de ira infantil. Em *Neurose, Psicose e Perversão* e nas *Obras completas*, volume 15, Freud cita o aborto como exemplo de uma decisão que acarreta sofrimento psíquico. É possível considerar a tratativa freudiana da feminilidade e, especificamente, da maternidade, como elemento fundamental do tipo de abordagem que psicanalistas façam (ou deixem de fazer) do tema do aborto. Ao considerar a constituição do ser mulher na psicanálise, Freud (1933/2018) atribuiu à mulher o fenômeno da inveja do pênis. A menina entra no complexo de Édipo a partir da percepção de que lhe falta um pênis e essa falta irá pautar o seu desenvolvimento. Concluiu que, quando há a revelação de que é castrada, a menina pode seguir três caminhos: “uma leva à inibição sexual ou à neurose; a seguinte, à alteração do caráter, no sentido de um complexo de masculinidade; e a última, finalmente, à feminilidade normal” (FREUD, 1933/2018, p. 332). Freud (1933/2018) explica que a decepção vinda da falta do pênis é transmitida para o desejo de ter um filho, que seria o preenchimento possível para o espaço deixado pelo falo. Como imaginar, então, um

interesse legítimo de psicanalistas pelo tema do aborto? Logo, o objetivo desta pesquisa é analisar as produções brasileiras de orientação psicanalítica que abordam o fenômeno do aborto.

OBJETIVO

Analisar as produções brasileiras de orientação psicanalítica que abordam o fenômeno do aborto.

METODOLOGIA

O projeto se caracterizou pela utilização da revisão integrativa. Dos 96 materiais achados, 6 foram selecionados (FREIRE, CHATELARD, 2009; GONÇALVES, 2017; MANSUR, 2003; PESTRE, 2014; TACHIBANA *et al.*, 2014; PINHEIRO, 1997). A princípio, um quadro foi organizado para análise quantitativa e caracterização geral dos materiais encontrados. Posteriormente, os achados foram organizados a partir de um quadro de análise teórica, que originou memorandos utilizados nos resultados e discussão desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a noção de “maternidade” presente nos materiais analisados

O trabalho de Freire e Chatelard (2017) faz uma abordagem mais tradicional e discorre sobre os laços entre mãe e bebê, bem como a influência da mãe no feto; por vezes, a perspectiva das autoras assume um tom de culpabilização, inclusive quando falam sobre a ocorrência do aborto: “Um dos fatores que influencia o aborto parece ser o fato de a grávida não se autorizar a ser mãe. A gravidez não pode chegar ao final esperado, quando a mulher não tem condição psíquica” (FREIRE; CHATELARD, p. 1017, 2017). Esta percepção vai contra o que é defendido por Gonçalves (2017), que preferiu adotar uma investigação contextualizada ao social. Ela explana os diversos estereótipos embutidos na trajetória feminina ao longo da história, que sustentam a ideia de uma maternidade obrigatória e a falha no processo de *ser mulher*. Acrescenta: “Ao contrário do que dizem várias das teorias sobre desenvolvimento humano, sejam elas das ciências biológicas, psicológicas ou sociológicas, mulheres não-mães são seres inteiros e não pela metade.” (GONÇALVES, 2017, p. 496). Para Freud (1933/2018), o desejo de ter um filho é parte do processo da mulher em direção à sua feminilidade. O autor ressalta que, quando a mulher tem um filho de fato, este acontecimento traz grande nível de satisfação, ainda mais potencializado se a criança for do sexo masculino, visto que o menino traria o pênis desejado pela mulher. Mansur (2003) aprofunda este recorte da teoria freudiana e reitera que, nela, qualquer outra inclinação preferível à maternidade caracterizaria indício de que as mulheres “seriam imaturas, regredidas, incompletas e anormais” (MANSUR, 2003, p. 3). O trabalho de Pinheiro (1997) traz à luz a teoria de Klein e

não discorda da ideia de que o filho é um substituto do desejo do pênis. Aborda: “O aparelho genital masculino não só representa o órgão de procriação, mas também de domínio sobre a mulher. Assim, o pênis serviria a uma dupla função: de criador, gerando vida e, de destruidor, confirmando sua onipotência fálica” (PINHEIRO, 1997, p. 115).

Sobre “feminilidade e feminino”

Gonçalves (2017) cita questões sociais acerca da constituição de uma mulher, entre elas a dependência masculina, o julgamento atrelado à atividade sexual e a ideia de que o casamento e a reprodução são simbolicamente as portas de entrada para o mundo adulto; sem filhos, as mulheres, então, podem ser enxergadas sob uma perspectiva de infantilidade, nunca crescidas. Já uma das críticas feitas por Mansur (2003) trata da concepção de “natureza feminina” pela psicanálise. A autora salienta que o trato da feminilidade por Freud advém de um contexto histórico em que a maternidade e o casamento eram as alternativas sociais disponíveis às mulheres; não existiam mais expectativas além da obtenção de um homem que gerasse a prole. Logo, analisando “a evolução psicosexual que transforma uma menina em mulher, Freud e seus discípulos descrevem a passividade, o masoquismo e o narcisismo como características da natureza feminina” (MANSUR, 2003, p. 3), corroborando com o viés da maternidade como âmbito de sacrifício e devoção. Freud (1933/2018) clarifica sua ideia de que determinados traços de uma mulher, como a vaidade e a vergonha, são oriundos de sua “inferioridade sexual originária” (p. 339), e objetivam esconder e compensar um suposto “defeito do genital” (FREUD, 1933/2018, p. 339), ou seja, a falta do pênis. Quando Freud traz a perspectiva de um feminino anormal, é previsível que a ausência da maternidade prescreva o título de *doente* para mulheres que fujam do que lhes é proposto.

Conceitos psicanalíticos relacionados ao tema do aborto espontâneo

A ótica de Freud abrange o narcisismo como parte fundamental da construção do Eu; o conceito é definido como o investimento da libido no Eu, a “retração da libido para o ego” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 45). Quando tratando do momento em que já é possível uma escolha objetal distinta do próprio Eu, a conceituação freudiana ressalta que há um tipo de escolha objetal chamada narcísica (em contraponto à escolha do tipo de apoio ou anaclítica) e que esta acarretaria a tomada de si, e suas variantes, como objeto de amor. Quando Freire e Chatelard (2017) abordam a gestação, oferecem o **narcisismo** como conceito principal. De acordo com o texto, o feto, tendo diversos afetos dirigidos a si e estando dentro da mulher, é, portanto, parte dela. Neste processo de gravidez, há a projeção de “esperanças de realização e perpetuação” (FREIRE, CHATELARD, 2017, p. 1017), onde se faz presente a **identificação** com o bebê. A grávida investe sua **libido** no objeto, o feto, que já lhe é incorporado em sua imagem de Eu. A partir deste amor narcísico, o vínculo com o bebê esperado é criado,

podendo este ser perdido, junto com o objeto, caso a gravidez for interrompida. Freud (1920/1923) traz à tona o caráter ambivalente do processo de identificação, que “pode tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação” (FREUD, 1920/1923, p. 47). Tanto Freire e Chatelard (2017) quanto Mansur (2003) falam sobre a **ambivalência**, ou seja, a existência de sentimentos contraditórios em relação a um objeto. As primeiras abordam a **fantasia**, que, cumprindo o papel de realização de desejos inconscientes da mãe, fazem-se presentes quando a mulher imagina o bebê morto. Entra o questionamento: “Será que uma grávida que fantasia um bebê morto desejaria inconscientemente a sua morte?” (FREIRE, CHATELARD, 2017, p. 1012). Esta ideia também aparece no trabalho de Tachibana *et al.* (2014): a mulher que perdeu o bebê é vista em um contexto de agonia e culpa, sentimentos fundamentados pela crença de que ela, secretamente, queria que sua gravidez fosse interrompida e a punição seria a perda real da criança, não motivada intencionalmente, mas por vias psicossomáticas (TACHIBANA *et al.*, 2014). Pestre (2014) argumenta que o desejo de uma gravidez não é livre da ambivalência: “carregar a vida é também carregar a morte” (PESTRE, 2014, p. 77). Esta afirmação, por sua vez, torna possível uma conexão com o conceito de **pulsão de morte**. Garcia-Roza (2008), no entanto, salienta que a destruição é o que possibilita a construção de outras formas, e trata a pulsão de morte “como potência criadora, posto que impõe novos começos ao invés de repetir o mesmo” (p. 163). A partir disto, é inviável pensar em um aborto espontâneo que seria causado pela mulher; mesmo como parte do corpo da mãe, o feto não poderia ser aniquilado apenas pela influência da fantasia ou dos desejos de uma gestante.

Conceitos psicanalíticos relacionados ao tema do aborto provocado

Ao falar sobre mulheres que escolheram não ter filhos, Mansur (2003) retoma o **narcisismo** como ameaça à ruptura de sua sexualidade. Já Pinheiro (1997) fala sobre o luto patológico que advém do aborto provocado, o qual pode ser negado pelas **defesas maníacas**, que surgem com a culpa oriunda da rejeição do feto – este que é tratado como parte da mulher (PINHEIRO, 1997). A complicação do luto do feto é potencializada pela “**ambivalência** entre a **pulsão de vida** (concepção) e a **pulsão de morte** (aborto)” (PINHEIRO, 1997, p. 29) e pela **culpa persecutória**, “que transforma o perseguido em perseguidor. Esta angústia de perseguição está relacionada à tentativa de preservação do ego dos ataques do objeto vingativo” (PINHEIRO, 1997, p. 30). A ambivalência descrita por Pinheiro (1997) engloba não só a concepção e o aborto, mas também o amor e o ódio dirigidos ao feto, em uma junção de desejo e rejeição, instinto de vida e de morte. Esta dualidade aparece nos sintomas da gravidez, tais como “náuseas, tonturas e azia” (PINHEIRO, 1997, p. 116). Há a crença na possibilidade de que a mulher induza o aborto “com a maximização de seus impulsos

destrutivos que, por sua vez, provocaram transformações hormonais que induziram a expulsão do feto” (p. 144).

Sobre “criminalização”

O único material que citou o âmbito da criminalização foi a tese de Pinheiro (1997). É peculiar pensar na ausência das menções jurídicas à questão do aborto no meio psicanalítico, visto que é um tópico emergente e em plena discussão na América Latina. A repreensão social, porém, é tão forte que até mesmo falar sobre o procedimento pode ser algo difícil. “O receio de confessar uma prática punida por lei e, supostamente, inaceitável pela sociedade, leva essas mulheres a negarem um fato quase evidente” (PINHEIRO, 1997, p. 3/4).

Sobre “raça e classe”

As menções ao tópico “raça” foram inexistentes. Acerca do aspecto “classe”, por outro lado, Pinheiro (1997) trouxe breves pontuações: mulheres de classe média-alta tem abortos “em clínicas clandestinas, com boas condições de higiene e, com frequência, com assistência médica” (PINHEIRO, 1997, p. 4/5). Também percebeu que não ter um companheiro pode exercer influência no processo decisório do aborto na mesma medida; as de baixa renda, no entanto, contam, ainda, com “dificuldade financeiras em decorrência de baixos salários ou desemprego e más condições de moradia” (PINHEIRO, 1997, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que a idealização do papel da mulher-mãe tem ainda sustentações difíceis de se derrubar. Espera-se do feminino uma postura que lhe distancia do protagonismo em suas vivências e que, ao mesmo tempo, lhe atribui absurda carga de responsabilidade em questões que fogem de sua possibilidade de dominância. A mulher não tem a capacidade de forçar um aborto espontâneo apenas pela influência do psiquismo; não é, por natureza, um ser devoto e submisso à maternidade; não é "anormal" quando escolhe não ter um filho; não é cativa de sentimento de culpa e renúncia; sobretudo, não escolheu ser parte do molde que lhe vem sendo construído nas últimas décadas: isto lhe foi imposto. É inegável que a psicanálise contemporânea, pautada em Freud e seus conterrâneos, percebe-se longe de abordar a mulher e o aborto em uma perspectiva livre dos grilhões sociais e culturais que acompanham a história das mulheres. Existe um campo do trato do "doente" das questões deste feminino, em uma tentativa — intencional ou não — de atribuir-lhe um patológico que vem do social. Urge-se que sejam feitas mais produções psicanalíticas do tema e que este fenômeno tão relevante na vida da mulher brasileira seja analisado por outras óticas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Teresa Cristina G.; CHATELARD, Daniela S. O aborto é uma dor narcísica irreparável?. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, ed. 3, p. 1007-1022, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/j4SMQr6tTpKF4q6VNHDqbmh/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

FREUD, Sigmund. A feminilidade. *In*: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. [S. l.]: Autêntica Editora, 2018.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1920/1923.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana, volume 3: Artigos de metapsicologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GONÇALVES, Eliane. Solteira, sem filhos: menos que meia pessoa? **Mediações**, Londrina, v. 22, ed. 2, p. 479-509, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p479>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 23, ed. 4, p. 2-11, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qnKD9ggzVd4DvzpJVvNvtcx/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

OLIVEIRA, Joana. Estuprada desde os 6, grávida aos 10 anos e num limbo inexplicável à espera por um aborto legal. **El País**, [S. l.], 14 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-15/estuprada-desde-os-6-gravida-aos-10-anos-e-num-limbo-inexplicavel-a-espera-por-um-aborto-legal.html?rel=mas>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PESTRE, Elise. Maternidade do exílio: quando o deslocamento favorece a fertilidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 1, p. 71-83, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/NCmNLkGwNYCw7QWJPhxTNbc/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

PINHEIRO, Raquel dos Santos Leal Vita. **Aborto induzido, gravidez e locus of control**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TACHIBANA, Miriam *et al.* O imaginário coletivo da equipe de enfermagem sobre a interrupção da gestação. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 2, p. 285-297, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/j4SMQr6tTpKF4q6VNHDqbmh/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha querida orientadora, uma profissional destemida, corajosa e aberta a todos os meus escritos, e às diversas mulheres espalhadas nos cantos remotos deste país, que lutam todos os dias para sobreviver. O trabalho é árduo, mas nunca impossível, desde que apoiemos umas às outras.